



**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA REDE DE CONTROLE /MT**  
**RESPONSÁVEL – Maria Aparecida de Andrade Del Llano**  
**2016**

LOCAL/DATA	PAUTA /MEMÓRIA
<b>TCE – 25/02</b>	<b>Posse da Coordenação Executiva 2016 -</b> Conselheiro <b>Moises Maciel</b> - como Coordenador Geral, e <b>Coordenadores Executivos: Douglas Guilherme Fernandes</b> , Procurador da República, <b>Ciro Rodolpho Gonçalves</b> , Secretário Controlador Geral do Estado, <b>Waldemir Paschoiotto - Secretário de Controle Externo - TCU</b>
<b>MPF - 03/03</b>	Apresentação da proposta das ações a serem implementadas em 2016: <b>AÇÃO 0</b> – Elaborar o Planejamento Estratégico e o Site da RCGP/MT. Eixo: Desenvolvimento Institucional; Objetivo Estratégico: Aumentar a efetividade das ações da RCGP/MT; Prazo: Até julho/2016. <b>AÇÃO 1</b> - Avaliar a transparência nos Poderes Legislativos e Executivos Municipais instituindo o “Prêmio Transparência”. Eixo: Prevenção; Objetivo Estratégico: Aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro e da corrupção; Prazo: Até Dezembro/2016. <b>AÇÃO 2:</b> Fomentar a participação social através de instrumentos de transparência ativa para monitoramento das formas de transferência de recursos federais e estaduais; Eixo: Prevenção e Detecção; Objetivo Estratégico: Ampliar a transparência pública e a participação social; Prazo: Até Novembro/2016; <b>AÇÃO 3:</b> Aprimoramento e fortalecimento dos sistemas de controle interno;Eixo: Prevenção e Detecção; Objetivo Estratégico: Fortalecer os instrumentos de governança, de integridade e de controle na Administração Pública no Estado de Mato Grosso. Avaliar e monitorar as estruturas funcionais dos Controladores Internos; Prazo: Até Dezembro/2016. <b>AÇÃO 4:</b> Propor a criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas;Eixo: Prevenção;Objetivo Estratégico: Fortalecer os instrumentos de governança, de integridade e de controle na Administração Pública;Prazo: Até Setembro/2016. <b>AÇÃO 5:</b> Elaborar diagnóstico dos modelos de atuação na Advocacia Pública, inclusive em parceria com o Ministério Público, relativos à persecução administrativa e judicial cível; Eixo: Detecção e Punição; Objetivo Estratégico: Aprimorar os mecanismos de coordenação e de atuação estratégica e operacional dos órgãos e agentes públicos para enfrentamento da corrupção. Prazo: Até Dezembro/2016. <b>AÇÃO 6</b> – Divulgação das novas regras de financiamento de campanhas. Fomento ao Controle Social das Eleições Municipais. Eixo: Prevenção e Detecção. Objetivo Estratégico: Governança Pública em ano Eleitoral. Prazo: Até julho/2016.
<b>CGE - 06/04</b>	<b>1.Demanda - OSS/VG</b> - os auditores do Estado, Fernando Vieira, superintendente de Auditoria e Controle em Convênios, Transferências e Planejamento, Kristianne Marques, secretária-adjunta de Auditoria e Controle e Gislaine Miranda, que falaram sobre a legislação, o processo de contratação e os principais trabalhos realizados pela Controladoria nos contratos de gestão da saúde entre os anos de 2011 e 2013. Ao final da explanação deliberou-se por reduzir a termo as recomendações e entregar juntamente com o promotor Deosdete Cruz a Prefeitura de Várzea Grande

	<p><b>2. Atualização do PAC/VG – TCU</b> - O auditor de controle externo do TCU, Carlos Augusto de Melo Ferraz fez uma breve atualização sobre os trabalhos de acompanhamento do desempenho das obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Várzea Grande, com destaque na reavaliação e posterior suspensão dos Termos de Referência do Trabalho Técnico Social.</p> <p><b>3. Planejamento Estratégico da Rede</b> - foi discutido o cronograma de trabalho para elaboração do planejamento estratégico da Rede de Controle em Mato Grosso. Segundo o coordenador-geral da Rede de Controle e conselheiro interino do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), Moises Maciel, a elaboração do planejamento visa tornar a atuação da estrutura mais eficaz e eficiente no combate à corrupção e na governança pública colaborativa.</p>
<p><b>TCU - 04/05</b></p>	<p><b>Formação dos GTs</b> - Deliberou-se pela criação e coordenação dos seguintes Grupos:<b>Grupo 1</b> - PAC/VG – Coordenação TCU;<b>Grupo 2</b> – Transparência – MPF ;<b>Grupo 3</b> – Controle Social – TCE; <b>Grupo 4</b> – Inteligência – TCU; <b>Grupo 5</b> – Comunicação – TCE;<b>Grupo 6</b> – Controle Interno – CGE.Na sequência deliberou-se pela adesão da <b>Audicon</b> – Associação dos Auditores e Controladores Internos, como participante <b>Colaborador</b>, com participação efetiva nos Grupos 2 e 6, Transparência e Controle Interno, ficando o contato sob a responsabilidade dos coordenadores;<b>Grupo 7</b> – Adesão de novos Membros e Colaboradores – Coordenadores Executivos.</p> <p><b>2º Fórum de Qualidade</b> - Sobre o tema, ficou acertado que será coordenado pelo Conselheiro Moises e como primeiro passo será reconstituído o grupo para cuidar da organização que contará com a participação do CREA, CAU, TCE, SINFRA e TCU</p>
<p><b>MPE – 01/06</b></p>	<p>Conselheiro Moises Maciel destacou a importância dessa discussão sobre um tema novo que são as PPPs e que o governo do Estado de MT tem pretensão de implantar. Informou que estará, juntamente com a representante do CREA, representando a Rede MT no Encontro Nacional das Redes que acontecerá nos dias 02 e 03 em Recife.Fez o chamamento de todos em especial aos membros da Rede para participarem do ciclo de palestras que a Rede estará promovendo na Fecomércio e na FIEMT, tendo como palestrante o Procurador Eleitoral e Coordenador Executivo da Rede, Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes, que infelizmente estará deixando a Rede de Controle mas que o MPF continuará participando efetivamente com a designação do Procurador da República Alisson N. C. Campos. Informou sobre os avanços dos Gts. Chamou a atenção para a apresentação de sugestões de temas e palestrantes para o 2º Fórum de Obras. O senhor Vinicius Carvalho iniciou sua abordagem agradecendo ao Secretário Ciro pelo apoio da CGE.Apresentou as atribuições do MT PAR.Destacou que não basta ter dinheiro, é necessário que haja bons projetos. Apresentou os objetivos, conceitos e os critérios que estão levando o governo do Estado de MT a optar por este modelo que já tem alguns projetos em andamento, a exemplo o projeto do “Ganha Tempo” e da Cidade da Saúde. O programa das PPPs é um conceito novo que foi criado em 2004 no Brasil e atualmente já existem 90 projetos em andamento. A diferença é que o empresário só começa a receber do governo quando o projeto começa a operar. Alguns falam que as PPPs é muito complexa mas é muito mais transparente.Informou que a fase inicial se dá com a modelagem. Este processo é feito por uma empresa, que necessariamente não significa que participará da licitação de execução, mesmo não havendo impedimento.A título de informação,destacou que o BNDES já disponibiliza uma linha de crédito para empresas modeladoras.A modeladora faz os estudos de custo, de projetos. Encerrando a fase da modelagem passa-se aos pareceres, orçamentário e financeiro, pela Secretaria de Planejamento e de Fazenda. Considera que a principal dificuldade das PPPs é a capacidade de ofertar garantia. Existe a previsão da realização de consultas públicas que ficarão a disposição do cidadão na internet para opinar. O</p>

	<p>prazo médio será de 01 ano e meio.Com relação às escolas, Mato Grosso tem 756 escolas, sendo destas 45 em prédios alugados. A intenção é que a empresa venha para construir, para ampliar, para reformar, e também para operar.Interpelado sobre a referência de empresas com perfis que atendam a todas estas demandas, o gestor informou que em MT não existe empresa como referência, mas que na prática isto ocorre com subcontratação.Foi questionado quanto ao padrão dos projetos, se será nos moldes do que já existe ou com outro modelo arquitetônico. O gestor destacou que deverá ser um modelo diferente. Hoje o governo repassa dinheiro para os diretores para que façam as manutenções. Os diretores são considerados como mestre de obras, e esta realidade sofre certa resistência para mudar. Também existe um capital político influenciando.O promotor Roberto Turin questionou sobre se num projeto grandioso desse com tantas áreas envolvidas, não seria interessante fracionar por lote? O gestor considera interessante a observação, podendo prever no edital a participação de consórcio. Como aferir que no caso das PPPs poderá haver economia nos custos? O secretário controlador Ciro Rodolpho apresentou um cenário de 2012 a 2015 onde o orçamento da Seduc demonstra que 315 milhões foram gastos com a gestão das 756 escolas, destes, 78 milhões com manutenção e merenda escolar. Hoje não se tem como aferir com segurança a aplicação destes recursos. O secretário Marrafon fez sua inserção apresentando o processo histórico das PPPs.Destacou que 25% do tempo da direção da escola poderá ser dedicado as questões pedagógicas. Considera que é preciso repensar o modelo, até por conta de acesso as linhas de credito do Banco Mundial. Existem 2 razões para pensar as PPPs na educação, a grande demanda da contratação de professores temporários e a questão orçamentária para construção e reforma das escolas. O projeto de substituição das escolas locadas é o mesmo processo de substituição dos contratos temporários. A dificuldade de execução de uma obra pública é desesperador. O processo está começando com as discussões e, em seguida vêm os projetos que serão submetidos às audiências públicas. A idéia é mudar as estruturas para cumprir com a função constitucional de garantir a educação de qualidade. Questionado pelo promotor Roberto Turin, de como vai se dar a fiscalização de todas estas ações, o secretário respondeu que o canal será a inserção da AGER, que deverá cumprir com o seu papel regulador.O secretário reafirmou que esta, será uma política de Estado e que está sendo tomado todos os cuidados para que o modelo inovador das PPPs dê certo. Enfatizando que toda a equipe é técnica e que está dando a maior transparência aos órgãos mas que mesmo assim, durante todo esse processo do planejamento, for verificada a inviabilidade, não terá nenhuma dificuldade em recuar da ideia.</p>
<b>MPE – 16/06</b>	Reunião Planejamento Estratégico
<b>FECOMÉRCIO 22/06</b>	Palestra Eleitoral - Fecomércio
<b>GABINETE PREFEITO 23/06</b>	Cerimônia de Adesão da CGM e PGM

CGU – 06/07

O coordenador Geral da Rede, Conselheiro Moises Maciel, destacou a importância da adesão da PGM e da CGM. Apresentou agradecimento a secretaria executiva que teve importante atuação na organização e na execução da palestra realizada na Fecomércio. Da mesma forma ao Procurador Eleitoral Douglas Fernandes que brilhantemente palestrou sobre as demandas a serem enfrentadas no período eleitoral . Ainda sobre esta ação, está previsto para acontecer na Fiemt, Aprosoja e Câmara Municipal de Cuiabá. Chamou a atenção para a necessidade de se pensar em nomes para palestrar no 3º Encontro Nacional das Redes que será sediado em Cuiabá no próximo ano. Também apresentou breve relatório dos eventos em que representou a Rede MT. Em seguida o Chefe de Gabinete do Conselheiro, Leonardo Sabóia fez breve atualização dos encaminhamentos do Grupo de Trabalho Organizador do 2º Fórum de Qualidade de Obras, apresentando a programação, os palestrantes e debatedores. A secretária Executiva chamou a atenção para inserir um dos coordenadores executivos da Rede como mediador, sendo deliberado pela participação do Secretário de Controle Externo do TCU, Waldemir Paschoioto na mesa de Debate do tema “Novas formas de contratações e fiscalizações públicas”. Na sequência, o Secretário Adjunto do Gabinete de Transparência do Estado, Matheus Cunha, fez breve apresentação das Principais **Ações do Gabinete no Ano de 2015**: Reconstrução das Comissões Setoriais de Ética. 1. Comissão de Ética da Governadoria –CE/GOV 2. Comissão de Ética das Autarquias –CE/Autarquias 3. Comissão de Ética das Fundações Públicas - CE/FP 4. Comissão de Ética das Sociedades de Economia Mista – CE/SEM 5. Comissão de Ética das Empresas Públicas – CE/EP 6. Comissão de Ética da Procuradoria-Geral do Estado –CE/PGE 7. Comissão de Ética da Controladoria Geral do Estado – CE/CGE 8. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários –CE/SEAF 9. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Cidades – CE/SECID 10. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – CE/SECITECI 11. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Cultura – CE/SEC 12. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – CE/SEDEC 13. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Educação – CE/SEDUC 14. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Fazenda- UPEM/SEFAZ 15. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Gestão – CE/SEGES 16. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística –CE/SINFRA 17. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – CE/SEJUDH 18. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – CE/SEMA 19. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Planejamento –CE/SEPLAN 20. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Saúde – CE/SES 21. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Segurança Pública –CE/SESP 22. Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social –CE/SETAS 23. Comissão de Ética da Polícia Judiciária Civil - CE/PJC 24. Comissão de Ética do Departamento Estadual de Trânsito - CE/DETRAN. Também, o CONSEP e o GTCC realizaram **capacitações**, valorização e conscientização dos próprios gestores quanto a importância das comissões na prevenção de atos ilícitos. **Eventos Realizados**: III Encontro de Ética Pública, Introdução à Ética aos Ouvidores, I Fórum de Ética Pública das Comissões de Ética, Palestra sobre Ética Profissional, Painel de Ética Pública, Introdução Ética às Comissões Processantes , Introdução ao SIGEP – Rito Processual; **Modernização do Portal Transparência**: revisão do Portal da Transparência, orientada pelos princípios de dados abertos; integração e ampliação de conteúdos; melhoria da usabilidade e compreensão dos dados fornecidos; incremento da interatividade; publicação do Portal da Transparência em formato que possa ser acessado por meio de dispositivos móveis; **Principais Ações do Ano De 2016**: **Pacote de Medidas de Prevenção à Corrupção, Cláusula Anticorrupção** nos contratos com Poder Executivo, Fomentar a Cultura de Integridade Corporativa **Compliance na Iniciativa Privada, Medidas voltadas para a Administração Pública, Código de Conduta dos Servidores da Alta Administração**, canal de denúncias como meio oficial de comunicação, **criação do Núcleo de Conhecimento para Prevenção à**

	<p><b>Corrupção, Implementação do Programa de Integridade.</b> Em relação a pauta do planejamento estratégico, o Conselheiro Moises destacou que ninguém vai a lugar nenhum sem planejamento, e o que se vê nacionalmente é que as Redes de Controle estão batendo cabeça sem saber para onde vai. A exemplo da ENCCLA, que possui no seu site todas as suas ações, a Rede de Mato Grosso precisa elaborar o seu planejamento que poderá vir a ser paradigma para outras Redes. A participação da CGE, do TCU, do MPF e MPC, tem sido marcante pela participação efetiva. O senhor Salvy (representante da empresa que está elaborando o planejamento), fez um breve apanhado do que já foi trabalhado no tocante a missão, a visão e valores da Rede e, por último informou que está se discutindo os objetivos. Lembrou que a pequena participação dos membros, foi destacada como sendo das fraquezas da Rede/MT e portanto, será preciso uma dedicação maior dos partícipes. Com relação as palestras eleitorais, foi confirmada a última participação do Procurador Douglas Fernandes no dia 29/07 na FIEMT, e a partir daí, em se confirmando a da Câmara e da Aprosoja, será demandado outros palestrantes, tendo já como indicação o Juiz Eleitoral Ricardo Almeida. Aproveitando o tema a secretária executiva provocou os membros no sentido de demandar o TRE/MT para participar da Rede. Sobre os Grupos de Trabalho, o secretário de Controle Externo do TCU, Waldemir Paschoiotto, informou que o TCU está coordenando 2 GTs, o GT PAC /VG, que acredita pela situação desestruturada que se apresenta, Várzea Grande vai perder as obras e, no tocante ao GT de Inteligência, que visa pensar e propor uma forma de trocar informações, informou que designou para coordenar o grupo os assessores Auditor André Acevedo e Auditor Diego P.S. Mineiro. O representante do MPE, Promotor Gilberto Gomes se comprometeu em estar demandando o Procurador Geral para indicar um dos membros para compro o GT. Com relação ao Grupo GT Transparência o representante do MPF, Procurador Douglas Fernandes, pretende trabalhar com os dados avaliados, demandando os Controles Internos dos municípios. Com relação ao tema Transparência, foi questionada a avaliação de Mato Grosso considerando a fragilidade das informações constantes do Portal do Executivo Estadual, a exemplo da disponibilidade dos Contratos da gestão atual, indo inclusive na contramão do que foi apresentado pelo secretário adjunto do Gabinete de Transparência. A representante da CGE, secretária adjunta Kristianne Marques, se manifestou reforçando que realmente esta questão dos Contratos ainda não atende e inclusive, respondendo a questionamento sobre a cláusula anticorrupção - se será contemplado nos contratos já vigentes - esta ressaltou que pelo Decreto sim, mas é bem controverso. O Procurador Geral do Município de Cuiabá se manifestou destacando que em todas as Redes de Controle, a de Mato Grosso é a primeira a ter a adesão de uma Procuradoria, e por isso agradece a oportunidade.</p>
<b>07/07</b>	Reunião Planejamento Estratégico
<b>04/08</b>	Reunião Governador Pedro Taques
<b>CREA - 03/08</b>	O Coordenador Geral da Rede, Conselheiro Moises Maciel, informou que apresentará alguns slides que considera importante pois são pontos relevantes para as ações futuras da Rede de Controle, dos quais destaca-se: a integração de conhecimentos técnicos; a integração de conhecimentos jurídicos; a integração de conhecimentos Políticos; a integração de conhecimentos Administrativos; o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de prevenção, detecção e punição da corrupção. Ainda destacou a importância de abrir a

Rede para novos parceiros com destaque para aqueles que atuam no Controle Social a exemplo da Defensoria Pública (Estadual e Federal) e no Controle Interno como a PGE, a Audicon e o Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção; no Controle Externo destaca-se o MPT e o Corecon. Ressaltou alguns desafios urgentes como: dar efetividade ao plano de ação de 2016, intensificar a agenda de reuniões dos GT's, concluir os procedimentos para realização do II Fórum Qualidade de Obras Públicas; provocar os parceiros no sentido de apresentar sugestões para a realização do III Encontro Nacional para a Prevenção e Combate à Corrupção a ser sediado em Cuiabá em 2017 e por fim, promover o alinhamento das ações da Rede MT com as ações da ENCCLA. Com relação ao **item 2 da pauta - atualização das ações dos Grupos de Trabalho** - o único GT que encaminhou uma delimitação das suas ações foi o GT de Inteligência e Troca de Informações que é coordenado pelo Auditor do TCU, André Acevedo. Neste sentido, o Secretário de Controle Externo do TCU, Waldemir Paschoiotto situou a todos sobre a composição do Grupo (MPF/TCU/CGU/CGE/PGM/TCE/MPE) e também, como farão as abordagens nas ações. Com relação ao GT/PAC VG, o senhor Waldemir informou que tem percebido no decorrer do acompanhamento que o TCU está realizando, que as coisas não andam e que o Ministério das Cidades, após cumprir todos os procedimentos, precisaria de 40 anos para concluir, e por conta disso muito provavelmente o TCU vai fazer uma representação. A secretária executiva chamou a atenção para a ausência de ação do Grupo de Trabalho de Comunicação, coordenado pelo TCE, que ficou responsável pela criação do site e também pela cobertura compartilhada das reuniões para divulgação. Já com relação ao Grupo de Trabalho de Controle Interno, coordenado pela CGE, até o momento não apresentou nenhuma ação. Nesse sentido a secretária chamou a atenção para a importância de fortalecer as ações desses Gts. Lembrou ao Controlador do município de Cuiabá, recém chegado na Rede que seria importante a sua participação no GT de Controle Interno, podendo fomentar ações, como por exemplo, uma campanha junto aos poderes dos municípios do Estado de MT, sobre a necessidade de provimento dos cargos de Auditor e Controlador Geral por meio de concurso a exemplo do município de Cuiabá. Na sequência o Coordenador Geral, colocou em pauta a discussão acerca da aprovação de novos membros, sugerindo inicialmente, conforme apresentação inicial, os seguintes órgãos: PGE, Defensoria Pública, Audicon, Corecon, MPT e Gabinete de Transparência e Combate a Corrupção do Governo do Estado. A secretária alertou para possíveis manifestações posteriores, vez que esta pauta não foi encaminhada aos membros e também por não haver deliberação do Grupo de Trabalho de Recepção de Novos Membros que foi criado com este fim. Chamou a atenção para o quórum regimental que deve ser de maioria absoluta para aprovação de novas adesões e que só há a presença de 8(oito) membros. Após manifestação dos presentes, as discussões foram superadas e deliberou-se por acatar a sugestão do Coordenador Geral e realizar o processo de aprovação de adesão dos novos membros nas modalidades de Membros Colaboradores e Membros Efetivos. Após manifestação e votação de 7(sete) membros presentes (o Coordenador Geral, absteve-se) o resultado ficou assim: aprovação da PGE por unanimidade como Membro Efetivo; aprovação da DEFENSORIA PÚBLICA e da AUDICON como Membros Colaboradores; aprovação do CORECON como Membro Colaborador, com 2(dois) votos contrários ao ingresso; aprovação do GABTCC, como Membro Efetivo, com 01(um) voto como colaborador; com relação a adesão do MPT, deliberou-se pelo aguardo de manifestação formal. Encerrada a votação a secretária solicitou a assessoria do Coordenador Geral para providenciar os 2 termos de adesão bem como oficial informando aos novos membros sobre a data da cerimônia de assinatura, que seguindo o formato do realizado pelo Executivo Municipal de Cuiabá, deverá se dar pelo Chefe do Executivo Estadual. **Item 3 - Avaliação da atuação da Rede** - foi submetido aos presentes o questionário de avaliação das ações da Rede com o objetivo de contribuir com a elaboração do planejamento estratégico.

<b>08/08</b>	Reunião Planejamento Estratégico
<b>10/08</b>	Palestra Eleitoral – Câmara de Cuiabá
<b>17/08</b>	Reunião Planejamento Estratégico
<b>14/09 - TCE</b>	<p><b>1. Apresentação da CGU</b> - A apresentação consistiu num levantamento sobre diversos convênios entre Mato Grosso e a União desde 2009 realizado pela Controladoria Geral da União – CGU. Segundo a Chefe da CGU em MT, Karina Jacob, a intenção da apresentação para os órgãos de controle desse trabalho, deverá culminar numa série de ações de fiscalização em todos os órgãos que fazem parte da Rede. O levantamento apresentado pela CGU foi em primeira mão para as 15 instituições que fazem parte da Rede de Controle da Gestão Pública em MT. Ao final da apresentação o Secretário do TCU, Waldemir Paschoiotto, parabenizou o trabalho realizado pela CGU. Para o Conselheiro e Coordenador Geral da Rede, Moises Maciel, a partir dessa apresentação para todos os órgãos que fazem parte da Rede, a idéia é que todos irão tomar providências pois esse é o espírito da Rede de Controle, unir esforços para corrigir erros na administração pública, e que porventura, tenham causado prejuízos para a população. <b>2. Demandas da área e Saúde do Estado de MT</b> - Com relação a pauta sobre as demandas da Secretaria de Saúde o Secretário de Controle Externo do TCU, Waldemir Paschoiotto destacou que esta pauta surgiu da provocação do próprio Governador. A proposta do TCU é que as instituições levem suas demandas em relação a Secretaria de Estado de Saúde para serem discutidas pelos órgãos na próxima reunião para depois abrir conversa com a gestão da Secretaria de Saúde vez que estes apontamentos vem sendo informado há muito tempo e na medida que muda os gestores as demandas vão ficando sem solução, e os recursos sendo utilizados, na maioria, com desvio de finalidade. Ficou acordado que na próxima reunião ordinária serão discutidas as demandas e que estas deverão ser enviadas para a secretária executiva e esta, compartilhar com a CGE, a quem caberá a tarefa de consolidar e apresentar na reunião do dia 05 de outubro.</p>
<b>05/10 – CAU</b>	<p>o coordenador Geral da Rede, Conselheiro Moises Maciel se manifestou agradecendo a recepção do Cau, destacando o importante trabalho apresentado pelo CAU no período eleitoral, a Carta Aberta aos candidatos a prefeitos e vereadores, ferramenta importante para identificar a cidade que queremos. Destacou ainda a importante data comemorada nesse dia 05/10 - 28 anos de promulgação da Constituição Cidadã. Reforçou a importância dos órgãos se unirem de forma inteligente em torno dos três eixos de combate a corrupção: detecção, prevenção e punição. O presidente do CAU, senhor Wilson abriu sua fala informando sobre o trabalho que o CAU pretende realizar no próximo ano junto a Câmara de Vereadores, discutindo projetos importantes para a cidade; também sobre viabilizar projeto de assessoria técnica para população de baixa renda e por fim estão formatando curso destinado aos arquitetos e técnicos das prefeituras para se familiarizarem com a questão da importância do planejamento. Por fim colocou o CAU a disposição da Rede. O procurador de Contas William Brito, parabenizou o MPE/MT pela primeira colocação no ranking de transparência e destacou a importância desse trabalho do CAU junto aos eleitos. O Delegado da Receita Federal, <b>Oldesio Silva Anhesini</b>, destacou o interesse de continuar atuando na medida do possível junto a Rede. Aproveitou para informar sobre a edição da Portaria que permite o acesso ao sistema da Receita Federal, porém restrito aos órgãos da administração Pública Federal. Todos os procedimentos de acesso estão contidos no regulamento disponibilizado no Portal da RFB. <b>2. Apresentação do livro "Como combater a Corrupção em Licitações</b> -</p>

	<p>escrito pelos cuiabanos Franklin Brasil Santos e Kleberon Roberto de Souza, auditores federais da Controladoria Geral da União (CGU) em Mato Grosso, a publicação é uma espécie de manual sobre procedimentos e técnicas que auxiliam agentes de controle a identificar indícios e métodos de fraudes e irregularidades em processos de aquisições de bens e serviços por entes públicos por meio de licitações, pregões e cartas-convites, por exemplo. Na publicação, eles conceituam, tipificam e detalham as circunstâncias mais comuns em que as fraudes ocorrem, como podem ser identificadas e os mecanismos práticos mais eficientes de preveni-las. <b>3. Apresentação e discussão das demandas da área de saúde do Estado de MT</b> - Outra pauta da reunião foi a apresentação da consolidação de trabalhos produzidos desde janeiro de 2015 pelas instituições componentes da Rede de Controle em relação à Secretaria de Estado de Saúde (SES) no intuito de orientar estratégia conjunta de atuação. A apresentação foi feita pelo Secretário Controlador Geral do Estado, Ciro Rodolpho Gonçalves aos membros da Rede de Controle que analisaram os vários pontos de risco da gestão da Secretaria de Estado de Saúde (SES) bem como os gargalos que podem reduzir a eficiência, gerar desperdícios e desvios financeiros, causar danos à saúde pública e promover atrasos em todo o processo de gestão e execução das políticas públicas de saúde, bem como facilitar fraudes em licitações, além de favorecer a judicialização dos atendimentos à população, que precisa de tratamentos e medicamentos de alto custo. Os pontos de riscos apontados pelas instituições foram compiladas e sistematizadas pela equipe da CGE e integrarão um ofício da Rede de Controle a ser encaminhado ao governador.</p>
<p><b>20 e 21/10</b></p>	<p><b>II Fórum de Qualidade de obras Públicas</b></p>
<p><b>08/11 - PGM</b></p>	<p><b>1.</b> O conselheiro Moises Maciel, relembrou uma entrevista do Prefeito Mauro Mendes algum tempo atrás, afirmando que demorou 6 meses para tomar ciência da gestão.O prefeito se manifestou dizendo que hoje está repassando a gestão ao seu substituto numa situação bem diferente, pois a transição se dará de forma transparente e republicana, onde os riscos serão demonstrados pela equipe de transição. O coordenador da Rede destacou que os órgãos de controle estarão acompanhando este momento e por isso dará sua contribuição com os alertas expressos na Nota Recomendatória. O prefeito Mauro Mendes assumiu o compromisso de observar e fazer cumprir a Nota Recomendatória, apresentada pela Rede de Controle, referente às condutas de transição com o novo governo municipal. O documento recomenda ao gestor que apresente informações sobre dívidas, receitas, situação das licitações, dos contratos e obras municipais, quantidade de servidores, prédios e bens públicos. A intenção é evidenciar os riscos para a próxima gestão de forma transparente. O Prefeito garantiu que a recomendação será cumprida e que já tem adotado todas as medidas administrativas necessárias para garantir a continuidade dos atos da administração.<b>2. Encaminhamentos relativos às Demandas da Saúde de MT</b> - O secretário municipal de saúde de Cuiabá, Dr. Ary, fez detalhada explanação sobre a situação dos repasses dos recursos da União e do Estado. Segundo o secretário,um dos problemas que notadamente se observa é a falta de atendimento nos hospitais dos polos o que reflete no Pronto Socorro de Cuiabá. Há menos de 60 dias foi protocolado no TCE, TJ, Secretaria de Saúde. Fatores, tabela SUS que não remunera, o custo não cobre, os custos do PPI que o município de Cuiabá é que paga, a prefeitura paga mais de 30% com saúde e não consegue sair desse problema. Para o próximo gestor será deixado todos os contratos em andamento, com uma situação mais confortável, mas que precisará concluir as 1 UPA e o Pronto Socorro. O desafio é cuidar da atenção primária. A saúde do município tem 5.300 servidores, com mais efetivos e menos contratados devido ao TAC assinado com o MPE. É preciso mais servidores no PS. <b>3. Eleição da Coordenação Executiva da Rede para 2017</b> - foram eleitos os quatro novos membros que farão parte da Coordenação</p>

	Executiva da Rede de Controle para o ano de 2017, sendo eles: Ministério Público de Contas, Procuradoria Geral do Município, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas da União.
<b>13/12</b>	Reunião Governador Pedro Taques
<b>14/12</b>	Reunião extraordinária de apresentação do Planejamento Estratégico e do Site da Rede de Controle de MT